

# Demarche dos dispositivos: apontamentos sobre ordens, convergências e situações no campo econômico-financeiro

**Ana Carolina Bichoffe<sup>1</sup>**  
**Mateus Baeta Diógenes<sup>2</sup>**

## Resumo

Este artigo propõe fazer face a um debate contemporâneo, no sentido de acentuar as dimensões cultural e transnacional dos dispositivos. Ao mapear as principais concepções teóricas sobre “efeito de verdade” e performatividade, é introduzida uma frente que busca por respostas sobre a dominação tecnológica, ou, quer seja, a sociotécnica dos dispositivos na modernidade – nessa empreitada, a importância do Estado é inegável. Ao induzir mercados no uso das métricas e dispositivos, dado seu papel de regulador, os Estados se tornam alvo dos próprios dispositivos. Por fim, é apresentado um rápido quadro contextual das implicações dos dispositivos – trata-se de uma reflexão sobre os efeitos estratificadores das classificações econômicas, em situações de classificação que recaem novamente sobre os Estados Soberanos como “múltiplas mãos” que tentam reter e dominar o Estado e que moldam, inclusive, oportunidades para o futuro e para a vida de indivíduos.

**Palavras-chave:** Dispositivos. Performatividade. Sociologia das finanças.

- 1 Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Pesquisadora associada ao Núcleo de Estudos em Sociologia Econômica e das Finanças (NESEFI – UFSCar); pesquisadora vinculada ao Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre a sociedade, poder, organização e mercado (NESPOM). Coordenadora adjunta do Observatório sobre Dominação Financeira e Econômica (DOFINE) – Universidade Federal do ABC (UFABC). E-mail: [acbichoffe@ufscar.br](mailto:acbichoffe@ufscar.br).
- 2 Atualmente cursa mestrado em Ciências Humanas e Sociais pela Universidade Federal do ABC (UFABC). Pesquisador associado ao Observatório sobre Dominação Financeira e Econômica (DOFINE) – Universidade Federal do ABC (UFABC).. E-mail: [baeta.mateus@gmail.com](mailto:baeta.mateus@gmail.com)



**Direito autoral e licença de uso:** Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons. Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra, forneça um link para a licença, e indicar se foram feitas alterações.

## I Introdução

Em 09 de abril de 2018, segunda-feira, o mercado financeiro brasileiro abriu as operações com uma notificação da agência de classificação de risco Moody's assinalando a melhoria da perspectiva da nota brasileira de crédito soberano de curto prazo, passando de perspectiva negativa para estável. Um “*upgrade*”. Os pontos focais tratados pela agência como justificativa para a elevação da avaliação foram dois: “1) Expectativa de que o próximo governo passe as reformas fiscais necessárias para estabilizar as métricas de dívida no médio prazo; e 2) Perspectivas de crescimento em curto e médio prazo, mais elevadas do que o esperado, apoiadas por reformas estruturais, que apoiarão os esforços de consolidação orçamental” (colocar fonte e número da página). O texto acrescenta ainda que um fator extra na avaliação foi o fato de o país apresentar “importantes elementos de força econômica e institucional que estão em linha – ou excedem – aqueles encontrados em seus pares com *ratings* Ba2” (MOODY’S INVESTORS SERVICE, 2018).

O documento oferece uma descrição positivada do caso brasileiro, ao apontar que a economia local é ampla, com um grau relativamente elevado de diversificação, e que conta com uma vulnerabilidade externa baixa. O regime de câmbio flutuante também teria facilitado o ajuste das contas externas e o amplo estoque de reservas em moeda estrangeira serviria para mitigar a exposição do Brasil a choques externos.

Esse anúncio agitou mercados, produzindo manifestações de múltiplos agentes financeiros e políticos contrários à avaliação, delineando um campo de forças marcado por narrativas controversas, de agentes e instituições, abrindo um flanco interessante da busca por provas e evidências para desqualificar ou comprovar a nova avaliação (LATOUR, 1987, 1994; CHATEAURAYNAUD, 2018). O mapeamento do período<sup>3</sup> permite

3 Período entre 09 de abril de 2018, data de publicação da avaliação pela Agência de Risco de Crédito Moody's até o dia 16 de maio de 2018 com a matéria “O peso da incerteza eleitoral nos juros” do jornal “Valor Econômico” (ROMERO, 2018). Trata-se de um corpus composto por 46 matérias. A decomposição da amostra revela um deslocamento qualitativo dos enquadramentos, ou marcos interpretativos, das primeiras 12 matérias em relação ao sequenciamento das demais. As primeiras partem de uma ênfase, quase exclusiva, ao léxico econômico-financeiro de forma a compor justificativas gerais sobre o upgrade da nota brasileira. Entretanto, as demais abrem um leque de perspectivas e ideias que organizam a realidade dentro de determinados eixos de apreciação e entendimento – por exemplo: a dimensão estritamente eleitoral, pautando o debate sobre o futuro da política e economia brasileira, e os riscos apresentados por cada um dos candidatos à presidência.

pinçar e posicionar a quase totalidade das manifestações<sup>4</sup>, detectando assim a assimetria de interpretações em relação à avaliação:

1) Para um segmento amplo de analistas de mercado, próximo da metade da amostra, a nova classificação foi tratada como um disparate frente ao entendimento consolidado de um cenário de incertezas no campo político – as eleições que se aproximavam; a repercussão sobre a prisão de Lula (DAPP-FGV, 2018) e a polarização de discursos políticos em torno do evento; a troca de ministros no Governo Temer; os escândalos e as investigações sobre as ondas de corrupção envolvendo membros do alto escalão do Governo Temer, mas também de membros da elite política e agentes públicos; e, no campo econômico, a estagnação econômica pautada pelo baixo crescimento do PIB e da taxa de empregos, aumento do endividamento das famílias e, fundamentalmente, a paralisação das reformas da Previdência e Fiscal.

2) O próprio Ministério da Fazenda, em tom modesto, aceitou com cautela a avaliação positiva. Afirmou, em nota pública que, ao revisar a perspectiva do *rating* soberano brasileiro de negativo para estável, a agência Moody's reconheceu a melhoria nos fundamentos macroeconômicos do país e a importância de reformas fiscais estruturais. No entanto, o Ministério assume as incertezas ligadas ao cenário político e à factualidade da agenda de reformas, que poderiam gerar uma revisão da avaliação, segundo publicação no jornal Valor Econômico (LARGHI; PUPO; SIMÃO, 2018).

3) No caderno Mercado da Folha de São Paulo (também de em 9 de abril de 2018), há uma tentativa de correlacionar o evento com a prisão de Lula: “O anúncio da Agência acontece dois dias após a prisão do ex-presidente Lula, cuja possibilidade de uma candidatura à Presidência nas eleições deste ano fica mais distante. A Moody's não

---

4 O caso trazido aqui compõe o corpus de uma pesquisa empírica que busca mapear documentos, mas também artigos e manifestações publicados em versões on-line de jornais de amplo alcance, entendidos como instrumentos que dão voz e reverberação aos atores envolvidos no uso e justificação dos dispositivos paramétricos. Este levantamento toma como orientação metodológica e analítica uma abordagem da sociologia pragmática francesa: o modelo da balística sociológica (CHATEAURAYNAUD, 2018) dando ênfase aos do aspecto temporal, dos momentos de prova, e do jogo de forças entre os atores nas controvérsias.

cita em seu relatório, no entanto, a prisão de Lula” (CAMARGOS; FERNANDES; PRADO, 2018).

Chama a atenção o fato de que há anos não se desenhava uma contradição em relação à leitura e à avaliação sobre o risco do país, com uma exposição pública tão explícita, entre as agências de classificação de risco e analistas. Organiza-se, portanto, um “espaço argumentativo” e dinâmico, passível de mapeamento das relações de força entre os agentes<sup>5</sup>. No ápice da controvérsia, somaram-se muitas confrontações ao posicionamento da agência Moody’s. Entretanto, se ampliarmos o período de tempo do debate em torno da nova nota de classificação de risco, cada cena desse *cross-section* revela o gradativo emergir de uma rede polifônica, de analistas e jornalistas, instada a produzir justificações, ou seja, um conjunto de razões que sustentam uma conclusão e validade mediante a qualificação desses que a colocaram em prova (BOLTANSKI; THÉVENOT, 1991). Ressalta-se, a justificação é uma operação contida na argumentação. Além de situar-se entre a retórica e a racionalidade, a argumentação em disputa depende do contexto de discussões entre diversos atores, e deve ser observada em perspectiva histórica, como uma sucessão de provas constituídas pela crítica e por eventos marcantes, conforme reportagens dos jornais Valor Econômico (BITTENCOURT, 2018) e Valor Investe (ROMERO, 2018), estabilizando a ideia da impossibilidade de um novo rebaixamento no curto prazo. Interessa observar que essa confluência interpretativa não ocorre ao acaso.

A cronologia das matérias demonstra um conjunto frustrado de justificações, morais, legais, políticas forjadas nesse espaço polifônico, com a tentativa de desqualificar a nota da agência de classificação. Para Chateauraynaud (2004) um modo de mensurar o “alcance” e “força” de um argumento é por meio da lista de espaços sociais que ele pode atravessar sem se transformar radicalmente. Esse alcance, cabe lembrar, depende dos contextos em que esses argumentos são mobilizados; a natureza dos

---

5 Na tradição pragmática boltanskiana dos contenciosos, esse espaço se orienta por eixos – de princípios (ou valores) e objetos (ou situações); de forças materiais (ou interesses) e restrições lógicas (ou regras de racionalidade); de precedentes (mas também tradições e formas de fazer) e aberturas do futuro (ou visões do futuro) – e tem a vantagem de compatibilizar lógicas geralmente separadas em esferas diferentes (GOUVEIA, 2016).

engajamentos dos protagonistas nas controvérsias<sup>6</sup>; e o interesse desses protagonistas em conservar ao longo do tempo uma fórmula argumentativa (GOUVEIA, 2016).

Nesse exemplo inicial, é interessante notar o modo como emergem tentativas de desacordo, em relação à nota e, ao mesmo tempo, como essas tentativas se mostram infrutíferas frente ao parecer inicial da Moody's. Há um conjunto de convenções cognitivas tão fortemente cristalizado em torno da objetividade e legitimidade do discurso da agência que as tentativas de embate soam como especulações grosseiras. Certamente o relatório e a nota podem ser apreendidos como o exercício da autoridade epistêmica dos dispositivos, produzidos pela agência. Trata-se de dispositivos que condensam uma história e um saber que se colocam como legítimos aos agentes do campo financeiro (estendido também aos jornalistas especialistas), e, nesse caso, fazendo valer sua definição e interpretação sobre a condição econômica e financeira do Brasil.

Justamente com base nessa reflexão sobre as relações de força entre agentes e os “efeitos de verdade”<sup>7</sup> (FOUCAULT, 2006; CALLON, 2008; MACKENZIE; MUNIESA; SIU, 2007) dos dispositivos métricos, propomos uma reflexão que perpassa a formação das categorias (BOLTANSKI; THÉVENOT, 1991) estabelecidas pelos dispositivos que tomam por base um “investimento de forma” (THÉVENOT, 1986). Em outras palavras, como a configuração de equivalências entre elementos díspares, assimétricos, indeterminados e heterogêneos (como as situações políticas, econômico-financeiras de Estados Soberanos), produzem situações de normalização da realidade, ou seja, “códigos, normas, padrões, qualificações [ou *ratings*]

---

6 Sob a perspectiva da Teoria do Ator-Rede, lançada por Bruno Latour (1988), as controvérsias são uma espécie de situações nas quais os atores discordam (ou melhor, quando concordam quanto a seu desacordo). Assim, embora definida de forma um tanto vaga, uma controvérsia pode ser encontrada entre o início de um desacordo – quando os atores descobrem que não podem ignorar uns aos outros – e seu término – quando os atores logram construir um compromisso sólido que lhes permita conviver (VENTURINI, 2010).

7 Retorno aqui à definição proposta por Foucault (2006, p. 233): “Entendo por verdade o conjunto de procedimentos que permitem a cada instante e a cada um pronunciar enunciados que serão considerados verdadeiros. Não há absolutamente instância suprema. Há regiões onde esses efeitos de verdade são perfeitamente codificados, onde o procedimento pelos quais se pode chegar a enunciar as verdades são conhecidos previamente, regulados. São, em geral, os domínios científicos. No caso das matemáticas, é absoluto. No caso das ciências, digamos empíricas, já é muito mais flutuante”.

etc., cuja estabilidade pode servir de parâmetro para o cálculo e para a previsibilidade, evitando assim custos de formatação no futuro” (CORREA; DIAS, 2016). Os dispositivos podem ser entendidos como instrumentos de criação e implementação intencional de ordem cultural e política, isto é, sistemas de regras que facilitam a coordenação e a cooperação de atores sociais em situações de incerteza, que determinam a distribuição dos custos e benefícios da ação coletiva (BICHOFFE, 2017).

Desse modo, antes de abordar o tipo de reflexão dado a essas indagações sobre os efeitos práticos dos dispositivos, parece útil traçar um preâmbulo – tomando por base uma rápida revisão geral de diferentes contribuições nos estudos dos dispositivos sociotécnicos – dos enquadramentos epistemológicos que servem de fundo, não só às análises aqui propostas mas também ao questionamento que estimulou esse artigo. Com base nas concepções teóricas de performatividade e “efeitos de verdade” é introduzida uma frente que busca por respostas sobre a dominação tecnológica, ou, quer seja, a sociotécnica dos dispositivos na modernidade. E nessa empreitada a importância do Estado é inegável. Ao induzir mercados no uso das métricas e dispositivos, dado o seu papel de regulador, os Estados se tornam alvo dos próprios dispositivos. E, por fim, é apresentado um rápido quadro contextual das implicações dos dispositivos – trata-se nada menos que uma reflexão sobre os efeitos estratificadores das classificações econômicas que moldam, inclusive, oportunidades para o futuro e para a vida de indivíduos; quer, novamente, sobre os Estados Soberanos, ou seja, na metáfora de Fourcade (2017) as “múltiplas mãos” que tentam reter e dominar o Estado.

## **2 Retratos sociológicos: revisitando algumas referências**

Três frentes predominam na sociologia contemporânea, conforme a interpretação e análise dos fenômenos, formados na mediação entre cultura, estrutura e agência. Atores, a partir de suas trajetórias, biografias e (dis)posição no espaço. Instituições; a Crítica (lexicografia ou semântica); ou Dispositivos. Este artigo se inscreve na última frente<sup>8</sup> uma vez que o

8 A origem da pesquisa que orienta este artigo nasce justamente de uma divergência e um amistoso contencioso com Roberto Grün, uma referência importante na interpretação das Sociologias Relacional e da crítica no Brasil

argumento se centra nos dispositivos e em seus “efeitos práticos” (MACKENZIE, 2005), ou seja, a preocupação está em abordar como tais organizam, disciplinam e performam os espaços à sua volta. Poderíamos ir além, ao apontar que esses dispositivos não apenas satisfazem as exigências intelectuais dos agentes, como também tendem a satisfazer as necessidades materiais, na medida em que produzem efeitos práticos<sup>9</sup>.

Apesar de reconhecer as contribuições de todas as frentes, e inclusive levar adiante um conjunto de argumentos subtraídos das abordagens assinaladas anteriormente, por exemplo, a construção epistemológica de “dominação cultural das finanças”<sup>10</sup> (GRÜN, 1999, 2004a, 2004b, 2007a, 2007b, 2015, 2018); há, na tradição brasileira de trabalhos das sociologias econômica e das finanças, uma lacuna que é justamente o fato de não se avançar sobre o papel simbólico e prático dos dispositivos classificatórios e paramétricos do mundo econômico-financeiro contemporâneo<sup>11</sup>.

A opção teórico-metodológica colocada aqui não implica uma definição ontológica da realidade, como se o mundo fosse redutível ao universo dos dispositivos e das situações por eles produzidas, mas tal como Vanderberghe e Verán (2016, p. 8) insiste, essa entrada “[...] pode ser uma lente empírica seletiva, polida para apenas focar as situações da vida social que

---

contemporâneo. Grün (2018) apresenta um conjunto robusto e significativo de indícios sobre a conformação de uma dominação cultural das finanças no Brasil contemporâneo com base nas duas primeiras frentes. Para tanto, ele sugere uma cronologia das transformações recentes da cultura econômica brasileira e assim mobiliza evidências em várias esferas. No livro publicado em 2015 “Decifra-me ou te Devo” o autor evoca três eixos dessas transformações: “(i) sobre o sucesso da retórica que justifica as altas taxas de juros aqui existentes, que seriam o resultado da desorganização da sociedade brasileira; (ii) sobre a propagação da governança corporativa, que é cada vez mais considerada o método correto de se gerir e avaliar organizações que se querem modernas; (iii) sobre a lógica da crítica direta à dominação financeira, que tenta personificá-la em indivíduos “exemplares” –muito inspirado nos regimes de justificação presentes na sociologia crítica de Boltanski.

- 9 De modo simplificado, pode-se afirmar que as classificações de risco produzidas pelas agências são como dispositivos que organizam, disciplinam e performam o espaço à sua volta. Trata-se de um sistema completo e institucionalizado de métricas internacionalmente convencionadas por agentes dos mercados e Estados Soberanos. As classificações são representadas por letras, números e sinais matemáticos (+ ou -) e a divisão de tais escalas em grupos: grau especulativo e grau de investimento. Entende-se que essas grades produzem planificação, equivalência, generalização e comparação entre conjuntos de objetos abstratos: desde títulos de seguro (insurance); ações e debêntures de companhias até bonds de Estados Soberanos, entre outros.
- 10 Compreendida como os elementos morais e culturais que são anteriores e se inscrevem na base daquilo que os agentes entendem por uma crença racional do campo financeiro.
- 11 Observo em especial aqueles que se propõem a construir a noção de risco, e que se tornam referências importantes na construção e justificação de framings sobre realidades sociais locais.

trazem à tona uma pragmática da reflexão crítica por parte dos próprios atores – e não somente por parte do sociólogo”.

Na medida em que os dispositivos são alçados ao foco de análises, o arrazoado de seus efeitos práticos, permite evocar o fenômeno da “performatividade”. Em um dossiê organizado em 2017 na revista TOMO, as organizadoras Sartore e Leite, argumentam já na apresentação, que todo estudo de dispositivo tem um “antes”, ou seja, pode-se estudar a gênese deste dispositivo (as guerras culturais para legitimá-lo). Tem-se também um “depois”, ou seja, pode-se estudar a performatividade dos dispositivos. E, essa reflexividade recíproca somente tende a fortalecer as agendas de estudos sobre dispositivos. O presente artigo reconhece as potencialidades de ambas as frentes; no entanto, inscreve-se na abordagem a montante. Assume-se, portanto, a existência de atribuição legítima dos dispositivos como árbitro e medidor de determinado fenômeno; ele, o dispositivo, gera efeitos que mudam a realidade que procura mensurar e qualificar, produzindo efeitos reflexivos, quer seja, performativos. Na prática, estes processos são imbricados; porém, aqui serão destacados para fins analíticos. Como proposto por Garcia-Parpet (2007), Callon (1998, 2008), Callon, Millo e Muniesa (2007) e posteriormente desenvolvido por MacKenzie (2005, 2006) e por MacKenzie, Muniesa e Siu (2007), na teoria da performatividade, a teoria econômica, o conhecimento prático aplicado (dispositivos contábeis, para sugerir outro exemplo) e a teoria econômica espontânea (produzida por praticantes do campo econômico-financeiro e leigos) criam a realidade econômica. Dito de outro modo, a ideia subjacente é de que o modelo teórico (fórmulas, algoritmos, índices, *rankings* aqui compreendidos como dispositivos sociotécnicos) contribui para a construção da realidade que pretende descrever (CALLON, 1998, 2008; LATOUR, 1999, 2006).

Assim, a noção de performatividade, enquanto o desígnio de um discurso, é ao mesmo tempo um ato que muda o mundo. Ou seja, a transformação do espaço social, invariavelmente coincide com o pronunciamento. É nesse registro, por exemplo, que Callon (2008) pretende desconstruir interpretações simplistas e distorcidas da noção de performatividade (ou performance) e abrir o devido espaço aos dispositivos sociotécnicos.

Uma primeira interpretação simplista diz respeito à distinção feita entre economia pura e aplicada e, na mesma chave, positiva e normativa.

A noção de performatividade questiona essas distinções entre o mundo abstrato dos modelos, implícita ou explicitamente normativos e, do outro lado, o mundo real onde os modelos poderiam ou deveriam ser aplicados. A noção pretende justamente quebrar com polarizações sobre a disciplina científica, a teoria econômica acadêmica e a teoria econômica espontânea, assim como interpretações e entendimentos produzidos por seus praticantes (GARCIA-PARPET, 2007; DUMEZ; JEUNEMAÎTRE, 1989, 2010).

Algo semelhante pode ser dito em conexão com o conceito de convenção, ou a ideia de que os agentes devem concordar com regras e normas antes de agir, e para interagir. Essa é a segunda interpretação simplista: assumir que regras, explícitas ou tácitas da economia neoclássica, sejam condições necessárias e suficientes para comportamentos econômicos ordenados. A performatividade é algo muito diferente de uma orientação para regras acordadas.

A terceira interpretação simplista recorrente decorre do emprego incorreto da noção de performatividade: tomá-la como sinônimo de “profecias autorrealizáveis”. Ou seja, se todos os agentes acreditam que algo vai acontecer e agirem em conformidade, o fato se concretiza. Callon considera que esse mecanismo analítico é extremamente simplista e não corresponde ao modo como a economia produz a realidade.

Finalmente, performatividade deve ser contrastada com a noção de (neo)institucionalismo. Para funcionar, diz-se que a economia necessita de instituições. Callon concebe a noção de instituição como muito estática: ela pode explicar como um estado econômico se reproduz, mas não como ele pode evoluir. Nessa crítica, as instituições estão presas: elas são uma estrutura e, como tal, parecem incapazes de mudar e/ou deixar a mudança acontecer. Na visão de Callon, tanto os velhos como os novos institucionalismos carecem de poder explicativo.

Assim, argumenta Callon (1998, 2008), performatividade é, antes de tudo, um poder enraizado na teoria e na prática. Neste processo, a performatividade se torna também um método investigativo, no qual a ideia do dispositivo é essencial. De acordo com nossa apropriação, essa operação implica, em primeiro lugar, conferir centralidade aos produtos culturais desses dispositivos – pela imposição de uma linguagem, ou seja, de um sistema elementar de classificação e estratificação que estrutura o espaço

dos possíveis e o debate do pensável, na medida em que determina, nos planos cognitivo e material, a compreensão do que é, do que deve, e do que pode ser.

MacKenzie, Muniesa e Siu (2007) estabelecem vários níveis da performatividade, desde o uso da teoria na produção de ferramentas (como modelagens e os próprios dispositivos sociotécnicos), até a teoria se concretizando em realidade. Cabe destacar uma dimensão pouco notada no uso desse constructo: não se trata do fato de uma teoria que “empurra” a prática em certas direções, mas que contribui para constituir vários fenômenos ao ser usada em situações práticas. A prática na qual é integrada é simultaneamente ajustada junto à teoria, aos agentes inscritos e a outros aspectos da situação (cenário, equipamentos, outras teorias, ferramentas, técnicas). Essa faceta da performatividade enfatiza o acesso a possibilidades indeterminadas, como quando o uso de uma estrutura ou um modelo em pesquisa de mercado gera uma nova compreensão do que é ou do que poderia ser. A performatividade não implica, portanto, que os efeitos sejam necessariamente unidirecionais, poderosos e não ambíguos (MASON; KJELLBERG; HAGBERG, 2014).

Assim, diferentemente do pensamento estruturalista de Lévi-Strauss (1989) sobre a “ciência do concreto” que nega que a classificação terapêutica (ou seja, o discurso e a sintaxe que suprem esse vocabulário especializado da ciência ocidental moderna) tenha um “efeito prático”, Mackenzie (2005, 2009) demonstra que a performatividade dos dispositivos não apenas satisfazem as exigências intelectuais de certos estratos sociais em seus respectivos espaços, como também tendem a satisfazer as necessidades materiais. Em seu estudo sobre Black-Scholes, por exemplo, ele explicita convincentemente como o modelo criou um mercado global de derivativos (MACKENZIE, 2005). Antes desse modelo não havia uma abordagem padronizada para o preço de derivativos e mesmo para um produto financeiro passível de investimento. As práticas contábeis podem ser vistas como performativas em si mesmas, (MACKENZIE, 2009, 2011), pelas quais a adaptação a diferentes categorias faz um mundo novo que é a verdade da informação financeira. É por meio de um mundo abstrato, de computadores, números e cálculos que esses universos são criados (KNORR-CETINA; BRUEGGER, 2002).

A rotinização da mensuração e a divulgação de informações promovem a difusão de uma linguagem comum em torno destas categorias analíticas construídas pelas estatísticas e ajuda a estabilizar e corporificar uma realidade a primeira vista pictórica, descrita fundamentalmente pelos dados. Trata-se, portanto, da objetivação de percepções e avaliações, sintetizadas em um conjunto definido de signos, resultando na criação de uma nova forma de transmissão e comunicação que definitivamente não se encerra em si.

A atribuição desse caráter voltado para a dimensão objetiva dos dispositivos, vistos dessa perspectiva da materialidade, abre um leque de outros trabalhos, como os expressos por Knorr-Cetina e Bruegger (2002) e que demonstram a interação entre *traders* de um mercado câmbio, em diferentes locais ao redor do globo. Esse mercado financeiro internacional de câmbio se situava naquele momento como uma instituição relativamente nova e ainda em processo de consolidação. Por meio da tecnologia da informação e de uma linguagem hermética, esse novo espaço permite aos *traders* uma comunicação instantânea e eficiente, mesmo que geograficamente, e culturalmente, distantes.

Podemos supor que no mercado de bens linguísticos, as estatísticas, *ratings* ou escalas e modelagens se tornaram a língua franca, o “idioma” legitimado pelos mundos científico e estatal, e positivamente incorporado pelo campo das finanças como um bem cultural (DESROSIÈRES, 2008). Dessa analogia entre as estatísticas enquanto língua<sup>12</sup>, ou seja, dessa capacidade de traduzir o mundo em um conjunto de signos compartilhados, há uma dimensão que dificilmente pode ser esquecida: a língua apenas tem a função de ser franca e não há essência em si mesma (SAUSSURE, 1969; LABOV, 2008; ORTIZ, 2003, 2015). Em outras palavras, o arbitrário cultural do signo somente nos permite pensar em termos relacionais; ele não existe em abstrato. A língua é, portanto, a manifestação, a materialização de uma cultura em determinado tempo e espaço; logo, também pertence ao domínio da história (SAHLINS, 1990). Como não existe apenas como

---

12 Ortiz (2015) esclarece a distinção que linguistas fazem em relação à língua e linguagem. Tomando Saussure para elucidar sua proposição, ele lembra que linguagem diz respeito à uma capacidade inerente à condição humana, ao passo que língua é “o conjunto de formas concordantes que este fenômeno assume numa coletividade de indivíduos e numa época determinada” (SAUSSURE, 1969 apud ORTIZ, 2015, p. 16).

estrutura, é necessário contextualizar seu uso. São, portanto, as situações concretas, ancoradas na realidade, que determinarão os domínios em que este dispositivo cultural se desenvolverá (ORTIZ, 2003).

Assim, o questionamento sobre a crença nos dispositivos classificatórios, o modo como são incorporados pelo Estado, pela sociedade e orquestrados no jogo político-financeiro nacional foi o mote para uma indagação empírica aprofundada em outros trabalhos (BICHOFFE, 2016, 2017). Ou seja, a inquietação deste artigo também se volta para a compreensão de como o Estado emoldura seus interesses soberanos de modo a compatibilizá-los à lógica performática de um sistema financeiro internacional e em constante transformação.

### **3 Snapshots: apontamentos entre a dimensão racional-legal dos Estados Soberanos e os efeitos da heurística dos dispositivos**

Ao acessar Bourdieu (2014)<sup>13</sup>, encontramos no prefácio uma revisão sintética exemplar de Miceli sobre as contribuições de cada um dos três principais clássicos das Ciências Sociais para a consecução de uma etimologia do Estado, e seu poder, na modernidade. Assim, de Weber extrai a noção de que o Estado se constitui pelo monopólio da violência legítima, que perpassa pela delegação e consentimento do exercício do poder pelo Estado. De Durkheim, retém a apreensão do Estado como uma entidade, uma ficção coletiva, produtora de vínculos e laços, produtora de uma integração lógica e moral do mundo social. E, de Marx, percebe o Estado inscrito como aparelho de coerção a serviço da classe dominante.

13 Considerado um objeto transversal aos seus trabalhos, o Estado aparece como uma preocupação eminente no capítulo 4 da obra *Razões Práticas: Sobre a teoria da ação* (1997), cujo título original é *Raisons pratiques: Sur la théorie de l'action* (1994). Nesse capítulo, intitulado "Espíritos de Estado: Gênese e estrutura do campo burocrático", que na verdade é a transcrição de uma conferência proferida em Amsterdã em junho de 1991, o autor esboça uma primeira tradução, intuitiva como ele mesmo propõe, de demonstrar o peso "performático" (ainda que não use essa terminologia) do Estado em inculcar o "pensamento de Estado" – ou seja, aquelas categorias, prenoções e pressupostos, que intimamente regem os modos de agir, classificar e ordenar a realidade mundana. Essa experimentação reflexiva e ontológica sobre o poder estatal deu bases para o curso e posteriormente a obra póstuma.

Nessa obra póstuma de Bourdieu, publicada em 2012 e traduzida para o português em 2014<sup>14</sup>, trouxe uma projeção singular e provocativa sobre a historiografia dos Estados. Recorrendo a um nível cultural mais profundo, o autor desconstrói as dimensões canônicas de Estado para reiterar a dimensão simbólica da qual o Estado é detentor último, onde se estabelecem as relações de força e de sentido e, nas quais ele, o Estado, é o produtor por excelência de princípios de classificação suscetíveis de serem aplicados ao mundo social. Essa dimensão simbólica do efeito do Estado é nomeada por Bourdieu (2014) como “efeito universal”.

A modernidade ocidental não só deriva da diferenciação da economia capitalista e do Estado mas também de uma reordenação racional da cultura e da sociedade (BENJAMIN, 1985; WEBER, 1991). Interessa a estes propósitos que as denominações de Weber sobre a racionalidade formal são constituídas pelas convenções em torno da calculabilidade e predicabilidade dos sistemas jurídico e econômico. A racionalidade formal está presente, por exemplo, em aparelhos como o contábil e o burocrático que implicam regras, impessoalidade, hierarquias, especialização, treinamento (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009).

Em um mundo de incertezas, pluralidades, discórdia e assimetrias, cabe a essa lógica racional restituir a forma simétrica e pacificada. Ocorre que, a intervenção dessa ordem de justificação, performática, inspirada na racionalidade formal, emana fortemente em especial daqueles inseridos nas comunidades financeiras (sejam elas públicas ou privadas). Há, sem dúvida, ocorrência de posições institucionais e de interesse competindo por uma relativa autonomia e dominação do espaço, mas essa competição está mais centrada na forma, ou seja, nas dimensões e nos critérios que descrevem e explicam logicamente os fenômenos, e menos na dimensão valorativa intrínseca aos modelos.

Em “*Rewriting the Soul: Multiple Personality and the Sciences of Memory*” (1995), Ian Hacking explora uma frente de desenvolvimento dessa épistémè sobre o calculismo ao se aventurar pelas estatísticas oficiais do séc.

---

14 Essa obra, “*Sobre o Estado: Cursos no Collège de France (1989-92)*”, póstuma abre a possibilidade de derrubar os “limites” tradicionais estabelecidos pela leitura que se faz de Bourdieu no Brasil, aumentado a visibilidade para essa outra entrada do sociólogo.

XIX. De acordo com Hacking, esses levantamentos estatísticos cobriam agricultura, educação, comércio, nascimentos, e poder militar, mas há uma característica especialmente notável da avalanche de números que começa a ser publicada por volta de 1800. É a obsessão com a análise moral, nomeadamente com as estatísticas de desvios. Trata-se da análise numérica de conjuntos e conjuntos de práticas tidas como desviantes: suicídios, alcoolismo, andarilhos, loucura, crime, os miseráveis. A contagem gerou suas próprias subdivisões e rearranjos (HACKING, 1995, p. 161).

Para Hacking (1995), tanto os motivos cruzados para assassinados ou dos suicídios individuais não existiam até que a prática de contá-los viesse a ocorrer. Assim novas posições são criadas para enquadrar e enumerar pessoas. Os censos em geral trazem estas mudanças – criação de novas categorias para absorver mudanças sociais. A contagem cria novas formas e categorias para as pessoas “serem” (DURKHEIM, 2000). Os estatísticos compõem os formulários para serem preenchidos por outros corpos técnicos especializados – sejam estes médicos, policiais, ou mesmo economistas, cientistas sociais e políticos. E a massa amorfa de informações, pelas mãos desses especialistas, torna-se “dados” – emblemas, símbolos carregados de significados culturais. No entanto, o uso, a validade e a permanência das categorias são dependentes e tributárias das lutas que se estabelecem por essa nomeação. Ou seja, as categorias são vulneráveis à capacidade do espaço em manter sua autonomia e da imposição de um sentido favorável aos grupos legítimos e dominantes<sup>15</sup>. A construção do Estado se revela, portanto, indissociável da emergência de corporações que nele se enraízam (BOURDIEU, 2006, 2008, 2014).

Tal reflexão pode ser facilmente estendida às classificações de Estados contemporâneos. Ainda que haja uma dimensão centrada no ser, no singular, na insígnia do indivíduo em suas dimensões cognitiva e mnemônica (POLLAK, 1989), e da autonomia da ação, como veremos na seção

15 Miskolci (2007, 2009) elabora bem essa tensão produzida pelas lutas classificatórias, atravessadas pelas classificações que buscam normalização (do senso comum e do Estado), quando analisa, por exemplo, minorias sexuais e movimentos sociais que se engajam na formulação e negociação de políticas identitárias. É interessante observar como a luta pela parceria civil entre pessoas do mesmo sexo, ou ‘casamento gay’, serve de exemplo contemporâneo da forma como nossa sociedade renegocia padrões normativos e práticas sexuais na moeda do controle social.

seguinte; há também a dimensão centrada na espécie, no conjunto, no aglomerado – ou ao que Foucault (2008, p. 30) chama de “biopolítica da população”, que, em muito, se aproxima do fato social durkheimiano, “[...] tratado como maneiras de agir, de pensar e de sentir, exteriores ao indivíduo, dotadas de um poder de coerção em virtude do qual se lhe impõem”. Tal abordagem cabe para as análises que vão desde o suicídio, ou no caso aqui relatado, aos dispositivos paramétricos.

Poderíamos assumir, sorrateiramente, que desde Pierre Clastres (2014), certa desqualificação do Soberano era produzida como forma de aplacar ou limitar a extensão de seus poderes. Nesse jogo de luz e sombras, de disputa de forças, a instauração desses novos dispositivos no espaço das finanças internacionais possibilitou um deslocamento das relações de poder, por exemplo, o registro sobre a atuação do Fundo Monetário Internacional (FMI) e bancos multilaterais que, até meados da década de 1990, imperavam como instituições legítimas de avaliação de risco e controle de crédito para Estados Soberanos<sup>16</sup> (FOURCADE, 2013; BICHOFFE, 2016).

O fato é que surge uma condição nova e altamente instigante dos dispositivos paramétricos de avaliação e classificação na esfera econômico-financeira: eles passam a se valer da condição de mestres do discurso, dispondo de um trunfo formidável de poder, que é o de fazer crer aquilo que dizem. Sua autoridade, inclusive supraestatal, lhes permite dizer e fazer como verdadeiro aquilo que lhes interessa. Parafraseando Bourdieu (2014), ao fazer crer que é verdade para os que têm o poder de fazer existir o verdadeiro (os poderosos), as agências podem tornar real aquilo que dizem. Contam com a parametragem como discurso de âmbito universal e dispõem da capacidade profissional de fornecer razões, ou melhor, de converter evidências em arrazoados, por meio do apelo a princípios universais, do recurso à história, aos precedentes, aos arquivos, à casuística e a demais fontes, inclusive às que produzem jurisprudência.

---

16 O registro de opinião de Celso Furtado oferece um exemplo da relevância da atuação dos organismos tradicionais do sistema capitalista de financiamento de crédito: “O FMI sobreviveu como instrumento de tutela de países inadimplentes. Representa um progresso considerável com respeito à época em que os credores mandavam navios de guerra para ocupar as aduanas de países devedores em default. Mas o espírito é o mesmo: submeter a controle um Estado que se considera incompetente para gerir os próprios negócios” (FURTADO 1981, p. 83).

Assim, nesta seção, buscou-se argumentar sobre o papel do monopólio simbólico do Estado ao produzir classificações com efeito de verdade. Em uma primeira parte, o papel do Estado; na segunda, de modo abreviado, o papel das agências supraestatais como instituições legítimas na produção de classificações. Trata-se de uma nova ordem que (re)organiza a realidade e que, ao retirar dos Estados o monopólio na produção de classificações, transborda as fronteiras nacionais.

### 3.1 Efeitos da heurística

Retornemos ao exemplo do início do artigo. Do ponto de vista prático operacional, dado pelo mundo econômico, as classificações de risco ou os *ratings* são indicadores legítimos de desempenho. O que isso significa? Do ponto de vista dos mercados, as classificações de risco são consideradas convenções legítimas que auxiliam a tomada de decisão. Por exemplo, para os grandes investidores institucionais como fundos de pensões, fundos de investimento e companhias de seguro, há uma exigência jurídica de um atestado de pelo menos duas agências reconhecidas para ingressar, permanecer ou sair de um investimento. Trata-se de um mecanismo de controle para evitar que cotistas desses fundos sejam expostos ao risco.

Assim, do ponto de vista dos mercados, as agências de classificação de risco, e outros dispositivos de estratificação econômico-financeira, que produzem as avaliações, são encaradas como uma espécie de intermediários financeiros<sup>17</sup>, facilitadores, proporcionando “serviços de informação” que reduzem custos de captação da informação, geram o aumento do leque de potenciais mutuários e, em termos pragmáticos, promovem mercados líquidos. Elas também oferecem “serviços de monitoramento”, através dos quais influenciam os emitentes a tomarem ações corretivas para evitar rebaixamentos (IME, 2010). Na prática, esses dispositivos de avaliação amenizam a tensão entre partes nas transações comerciais.

Da perspectiva dos Estados Soberanos, as classificações são tidas como uma fonte segura e consistente de avaliação sobre seus títulos, consideradas garantias públicas. O impacto das avaliações e classificações se estendem

17 Para Sinclair (2005) seriam “intermediário de reputação”.

também sobre as atividades financeiras nacionais desses Estados Soberanos – reorganizando procedimentos regulatórios de controle e coordenação dos Sistemas Financeiros Nacionais em busca da propalada estabilidade. Um exemplo ilustrativo dessa condição é a de que instituições financeiras, e demais instituições autorizadas a operar em território brasileiro, obrigatoriamente adotem um sistema de gerenciamento integrado de riscos e do gerenciamento de capital (GIR).

Pelas novas regras instituídas pelo Banco Central do Brasil em janeiro de 2017, cabe às instituições que operam junto ao Sistema Financeiro Nacional avaliar, de forma mais detalhada, os riscos inerentes aos seus modelos de negócios e objetivos estratégicos, definindo e documentando, na Declaração e Apetite por Riscos (RAS), os níveis de apetite para cada tipo de risco identificado e, portanto, percentual de títulos com classificação mínima para ser aceitável como garantia (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2017).

Logo, a institucionalização e racionalização específica do risco financeiro, não por enfrentamentos, mas pela dominação performática, branda e tutelada, mostrou-se um caminho seguro aos Estados contemporâneos. Ao recorrer aos dispositivos<sup>18</sup> promissores e sustentáveis para resolver problemas societais, traduzindo-os em regras de conduta, assegurando a adesão a essas regras; e, quando necessário, ajustando essas regras às circunstâncias em mudança, o Estado cria a institucionalização e racionalização do risco financeiro, orientado por um novo tipo de poder disciplinar específico: intervenção e controle social. E, ao qual ele próprio – o Estado – é subsumido e se dobra para a estrutura de poder.

---

18 Como bem trabalhado por Thévenot (2001, 2009), os atos de conformar e informar requerem e são precedidos pela ação de dar forma. Para Thévenot, a forma é uma dimensão extremamente importante. Não se trata apenas de constatar diferentes “formatos de informação”, mas “investir em forma”, e esse tipo específico de ação é elaborada e performada por um tipo específico de “regulação” e de “objetividade” (Thévenot, 1984). Esta elaboração sintática de Thévenot ajuda a compreender a diferença do produto do trabalho das agências frente a outras instituições intermediárias do mercado ou mesmo do jornalismo econômico-financeiro especializado. A ação das agências consiste em um escrutínio constante, uma ação vigilante, por informações das instituições sob julgo. Tais informações podem vir de distintas fontes: jornais, revistas e outros periódicos especializados; informes, boletins e normativas internos e externos das instituições; entrevistas e visitas técnicas; balanços contábeis e dados financeiros (caso a instituição avaliada libere tais acessos; essa iniciativa, em geral, é positivamente incentivada pelas agências e mercados).

Assim, esse tipo de poder classificatório se torna inescapável. Tantos produtores quanto consumidores estão imersos pela lógica desses dispositivos métricos. Sobretudo no lugar comum das instâncias do Estado, esses dispositivos se instalam na fronteira entre o conhecimento erudito e saber comum, produzindo nexos de estabilidade e justificação legítimas para as tomadas de decisão, em especial de Governos, por meio da regulação de experiências coletivas de modo material e simbólico, reforçando o papel performático das métricas nas sociedades contemporâneas.

A abstração materializada por dispositivos e ferramentas de cálculos, regressões e algoritmos assentados nessa ordem discursiva dita neutra, por um lado gradativamente mina modelos tradicionais de controle e negociação, assentados em laços e vínculos de uma ordem doméstica para instituir um novo modo de negociação assentados em novas bases (GARCIA-PAPET, 2007); por outro lado, essa nova governamentalidade de dispositivos, para lembrar Foucault, também orienta um tipo de poder disciplinar: intervenção e controle social, e exclusão de grupos.

De modo a fornecer um desfecho para essa reflexão, o conhecimento (ou seja, o compartilhamento de um constructo erudito e controlado, com pretensão de verdade) não pode ser separado da noção de poder. Conceitualmente burilado como força e potencialidade, infiltrada nos sistemas de conhecimento e práticas das disciplinas (no caso de Foucault e seus intérpretes, a medicina, psiquiatria, criminologia – ou, no caso deste estudo, sobre finanças) e as instituições associadas a elas: asilos, hospitais, presídios – ou, para este caso, agências de classificação de risco, bancos, autarquias do Estado, entre outras.

De acordo com Foucault, o que se encontra na base dos mecanismos de poder não é propriamente a ideologia – embora possa ser produzida –, mas instrumentos de formação e acúmulo de saber, métodos de observação, procedimentos de investigação e pesquisa, aparelhos de verificação. “Isso quer dizer que o poder, quando se exerce em seus mecanismos finos, não pode fazê-lo sem a formação, a organização e sem pôr em circulação um saber, ou melhor, aparelhos de saber que não são acompanhados ou edifícios ideológicos” (FOUCAULT, 2005, p. 40).

Uma leitura, inspirada por Desrosières (2014), sugere o uso das métricas e estatísticas como instrumentos de crítica social. Para ser breve, ela, a estatística (seus índices e escalas), pode ser tomada como a “ferramenta dos fracos”, dos dominados, de combate ao poder opressivo. Assim, sua pergunta reflexiva é: as estatísticas são uma ferramenta para liberdade ou uma ferramenta para o poder? A resposta não é dada objetivamente, mas o autor propõe uma reflexão contraintuitiva. Nosso senso comum tende a operar uma apresentação das medidas de classificação e estatísticas como ferramentas de poder, sugerindo que, de acordo com uma linha de raciocínio clássica, as classes dominantes orientariam a produção estatística para atender a seus próprios interesses.

Tomando a reflexão de um historiador norte-americano, Ted Porter, Desrosières sugere, pelo contrário, que a hegemonia das classes tradicionais é muitas vezes fundada em evidências implícitas e incontestáveis, vividas como “naturais”. A inércia está ao lado das classes tradicionais. A argumentação estatística é, portanto, apresentada por grupos dominados para quebrar a velha ordem e tornar a injustiça visível. Mais precisamente, muitas vezes (mas não sempre) esse recurso é tomado pela fração dominada da classe dominante, a classe média mais instruída, dotada de recursos para construir tais argumentos (DESROSIÈRES, 2014). Pelo uso dela, em muito casos históricos relatados por Desrosières, foi possível expressar e fazer valer exigências, demonstráveis, de igualdade e justiça.

#### **4 Zoom-in: Microsociologia do poder e os efeitos da heurística dos dispositivos**

Em seu construto analítico sobre a arquitetura dos sistemas de poder, para além das instituições totais que operam pela imposição de leis e normas, Foucault (1971) destaca uma terceira dimensão: os sistemas de poder não operam apenas pela repressão; eles tendem a ser muito mais eficientes quando também realizam a exclusão de grupos. É, portanto, pela ordem do discurso que esses três componentes (instituições/leis, normas/exclusão de grupos) se ligam para constituir sistemas de poder efetivos que buscam fornecer às sociedades aquilo que tanto almejam: a busca de verdades.

Foucault vai além e, em uma visão contraintuitiva, sugere que poder não é a fonte nem a origem do discurso, mas que o discurso é um aspecto instrumental – o poder opera através do discurso. Trata-se, portanto, de um dispositivo estratégico nas relações de força. Desse modo, na medida em que nos atemos ao estudo de corpos múltiplos, periféricos – constituídos pelo conjunto dos efeitos do poder – torna-se fundamental a precaução em não tomar essa noção de poder como um fenômeno de dominação maciço e hegemônico; ao contrário, o poder deveria ser analisado como algo que circula e somente funciona em cadeia; isso é o que explica que “o poder transita pelos indivíduos, não se aplica a eles”; nesse sentido, o indivíduo, para Foucault, é um efeito do poder, mas também seu intermediário, seu meio: “o poder transita pelo indivíduo que ele constitui” (FOUCAULT, 2005, p. 35).

Quando aproximamos a reflexão foucaultinana aos efeitos estratificadores das classificações econômicas, por exemplo, observamos o uso cada vez mais recorrente de técnicas atuariais de gestão do risco para dividir e classificar indivíduos – em situações de classificação que moldam, inclusive, oportunidades para o futuro e para a vida. Uma ilustração empírica vem, por exemplo, da transformação do mercado de crédito nos Estados Unidos e que também atinge invariavelmente o Brasil. De acordo com pesquisa de Fourcade e Healy (2013) este mercado funciona tanto como uma força de nivelamento, como um condensador de novas formas de diferença social.

“Tal como em boa parte do mundo ocidental, o sistema bancário e de crédito dos EUA ampliou enormemente seu escopo nos últimos 20 anos para incorporar grupos excluídos (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009; PIKETTY, 2014). Observamos essa tendência de nivelamento na expansão do crédito entre as famílias de baixa renda, aumento conspícuo e rápido de *“shadow banking systems”*, sistemas financeiros paralelos que não sofrem regulação pelas autarquias de controle dos Estados, por exemplo, financeiras (empréstimos); cartões de lojas de varejo, ou mesmo os *crowdfundings*, atuantes em um sistema marginal; além da sistematização das proteções de cheque especial. Mas, enquanto o acesso ao crédito se democratizou, também se diferenciou. As tecnologias de pontuação, tal como as produzidas pela empresa de software FICO, classificam e avaliam as pessoas de

acordo com o risco de crédito. Isso permitiu que várias novas correlações fossem feitas, produzindo distinções mais confiáveis, e produzindo como efeito pontuações que se apegam a diferentes taxas de juros e estruturas de empréstimo. Essas pontuações também se expandiram em mercados além do crédito ao consumidor, como seguros, imóveis, empregos e outros lugares. O resultado é um padrão cumulativo de vantagem e desvantagem com aspectos objetivamente medidos e subjetivamente experimentados. Em suma, para Fourcade e Healy (2013) as ferramentas classificatórias privadas são cada vez mais centrais para a geração de “situações de mercado” e, portanto, uma força importante e negligenciada que estrutura as chances de vida individuais.

As situações de classificação reforçam aquela condição objetivada por Foucault: o poder está por todos os corpos, mas isso não significa que haja uma distribuição democrática ou anárquica desse poder. Na medida em que reconhecemos isso, torna-se possível estabelecer “uma análise ascendente do poder”, ou seja,

[...] examinar o modo como, nos níveis mais baixos, os fenômenos, as técnicas, os procedimentos de poder atuam; mostrar como esses procedimentos, se deslocam, se estendem, se modificam, mas, sobretudo, como eles são investidos, anexados por fenômenos globais, e como poderes mais gerais ou lucros de economia podem introduzir-se no jogo dessas tecnologias, ao mesmo tempo relativamente autônomas e infinitesimais de poder. (FOUCAULT, 2005, p. 36).

## 5 Demarche dos dispositivos

Métricas e indicadores proliferam como uma ordem de denúncia e controle – próximos aos *lanceur d’alerte* de Chateauraynaud (2004) e Chateauraynaud, Charriau e Debaz (2014) - em um mundo repleto de situações críticas de indefinição. Assim, os dispositivos por um lado envolvem entidades soberanas em um *continuum*<sup>19</sup>, de modo a colocá-las sob jugo e competição pela busca das melhores práticas e resultados. A metrologia (FOURCADE, 2017; DESROSIÈRES, 2014; THÉVENOT, 2001) seja

---

19 Corrêa (2014) interpreta esse continuum como a intensidade da perturbação, que se inicia no ato de vigilância, passa pelo lançamento de um alerta, pela controvérsia técnica, pela polêmica, pela crise e vai até a sua normalização.

econômica, financeira ou social, não apenas descreve, mas fundamentalmente, tende a prescrever, normatizar e governar<sup>20</sup> o funcionamento dessas entidades que são os Estados. Ela se torna, efetivamente, uma língua franca, cujos discursos (semântica) assumem a pretensão de verdade.

O fato é que a contemporaneidade é repleta de indicadores para mensuração dos mais distintos aspectos da vida social: existem indicadores nacionais (mas também em outras ordens de grandeza) para direitos humanos; liberdade; facilidade de negociação empresarial; expectativa de consumidores; transparência; violência; desenvolvimento humano; produção de riqueza; estado de Direito; risco de crédito; a variedade e os propósitos são muitos. O aspecto ao qual Fourcade (2017), retomando Desrosières (2014), chama a atenção é que esta elaboração serial de dados agregados e empacotados – das dimensões econômica, social, política, ambiental – planificam a classificação.

Dito de outro modo: com base nela é possível ordenar os países e “remapear o mundo”, ou “repintar” o globo, de acordo com as novas classificações. Isto porque métricas e comensuração também implicam em comparação, isto é, ordenamento, mas também “ranqueamento”, estabelecimento de padrões, e hierarquia. De acordo com Thévenot (2009) vivemos a era “*Governing by Standards*”<sup>21</sup>. O ponto sensível e tensionante desse construto se situa na condição de que as hierarquias trazem junções morais implícitas, embutidas em sua própria existência. Ao passo que estas ordens se pronunciam em uma realidade material por meio de

20 Assumo aqui a ideia de Governo no sentido amplo que Foucault (1997, p. 101) oferece: “[...] as técnicas e procedimentos destinados a dirigir a conduta dos homens. Governo das crianças, governo das almas ou das consciências, governo de uma casa, de um Estado ou de si mesmo”.

21 De acordo com Thévenot (2009), a noção de standard se aproxima da concepção de governança. Entretanto, o autor sugere que por se tratar de um fashionable term, com muitas conotações, a noção de governança pode ser substituída por standard. Essa opção se encaixa no framework teórico desenvolvido por Thévenot a partir de uma sociologia do engajamento. Sobre as primeiras reflexões sobre “investimento em forma”, ver: Thévenot, 1986. Desta concepção extraída do plano fabril, da noção de conformidade na qualidade, o autor ampliou a noção de investimento ao pôr em questão noções de articulação e de formação de equivalências entre elementos heterogêneos, resultando em códigos, normas, padrões, qualificações (CORREA; DIAS, 2016) dimensões produtoras de estabilidade e fundamentalmente, parâmetros para o cálculo e para a previsibilidade, reduzindo custos futuros. Para o autor, objetos (e.g. cronômetro) e convenções (e.g. cronograma de produção) se confundem e são tratados de forma simétrica como dispositivos que estabilizam mundo social. Sobre seus primeiros sobre uma sociologia da classificação ver: Thévenot, 1983, 1984, 1986; Desrosières e Thévenot, 1989.

instituições especializadas internacionais propagando-se por distintos caminhos da via social até Governos, essas ordens exigem, invariavelmente, em âmbito nacional. Isso ocorre, por exemplo, no posicionamento de políticos e tecnocratas de modo que esses manifestem sua preocupação e planejem ações para alterar a posição do país no *ranking* e o investimento para “subir a ladeira” do *ranking* atesta que os classificados/avaliados aceitaram uma ordem simbólica imposta externamente como um guia interno válido.

Fourcade (2017) ilustra alegoricamente esse aglomerado distinto e variado de métricas como as “muitas mãos” que tentam reter o Estado. São ordens discursivas, instituições e organizações e atores variados, com diferentes interesses, racionalidades, ideologias e propósitos econômicos que buscam o domínio do comportamento e do desempenho estatal. Exercer influência sobre o Estado implica, fundamentalmente, atingir a sociedade. Ao embutir no Estado a codificação e perseguição de certas características e qualidades, criam-se novas identidades. Essas novas identidades, ainda que volúveis no tempo, são a institucionalização de representações do coletivo nesse dado momento (de tempo e espaço). E, é justamente o coletivo que também compartilha as consequências dessas representações.

A alteridade em relação aos outros que também disputam as classificações, como no caso das classificações de risco soberano (por exemplo, de títulos da dívida pública), implica incessante ajuste e regulação de experiências sociais coletivas de modo material e simbólico. As métricas de avaliação transformam Estados e Sociedades na medida em que se altera a visão de mundo destes. Mas, como toda sorte de sistemas socialmente constituídos, a visão de mundo também é mutável e se mostra em constante desagregação e agregação, sensível às ordens de interesses prevalecentes em cada período (tempo e espaço) e sempre tensionado pela relação público versus privado, Estado e sociedade.

Nesse mesmo sentido, também é importante tratar das formas como o Estado se acomodou aos critérios de avaliação e aos “investimentos” necessários para tanto. A reflexão de Fourcade (2013, 2017) sobre os processos pelos quais pessoas e as coisas são definidas como pertencentes a classes semelhantes através de contextos, em certa medida já estava presente nas

elaborações de Thévenot (1984, 2009) sobre a “governança dos *standards*”<sup>22</sup>. Trata-se de um enquadramento no qual a resposta do Estado às cobranças é precedida de ações mais ou menos identificáveis, com vetores de sentido definidos. Cria-se, em distintos espaços da vida social, um conjunto de homologias estruturantes que dão sentido às ações e se tornam facilmente justificáveis.

Para retornar à metáfora das mãos apresentada por Fourcade, os mercados financeiros são uma dessas mãos que tomam a entidade “Estado” como objeto de classificação. O Estado se constitui em uma relação objetivada entre risco e retorno, agentes do mercado buscam informações de modo a aperfeiçoar seus investimentos em uma modernidade-mundo (ORTIZ, 2015) que tem a noção de “tempo” como um bem escasso (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009).

## 6 Considerações finais

O norte de leitura proposto neste artigo sugere compreender o protagonismo dos dispositivos em um domínio recente dos campos econômico-financeiro, político, e, sobretudo, cultural, alinhavando os dispositivos àquilo que poderíamos tomar, em uma ordem macro, como as feições estruturais, de uma etapa de nossa história social que passa pela reorganização das forças que também agem sobre o Estado. O tema que se mostra o fio de costura da empreitada: a transição entre as finanças de Estados dinástico-absolutista e o nascimento de uma ordem publicizada de controle das ações do Estado, pontuado pelo protagonismo estratégico da governança dos dispositivos, como uma força, o poder que dobra o Estado, que faz emergir – em pleno jogo – um novo elemento na concorrência entre os corpos de especialistas indispensáveis ao exercício de modos sofisticados de dominação nas complexas economias contemporâneas.

Nessa chave, é justa a concepção de Bourdieu (2014) e de Fourcade (2017) de que o Estado é um participante importante no jogo do poder (cuja presença é capaz, inclusive, de deformar a estrutura das relações ob-

22 Brevemente, trata-se de uma concepção analítica inspirada do mundo industrial toyotista fundamentado na valorização e busca pela excelência do controle da qualidade.

jetivas de forças/dominação), mas não o único. Tal como outras entidades e agentes (como nós, indivíduos, por exemplo), encontra-se implicado na micromecânica das disputas de poder, nas relações de forças e de dominação que, sob um olhar historiográfico, são marcas de um tempo e espaço.

Assim, a força dos dispositivos está na sua capacidade (silenciosa e quase imperceptível) de forjar modos de subjetivação. E é esse mesmo arranjo de forças que atenta e tenta tomar e domar os aparelhos institucionais estatais, dos governos, das técnicas – e seu sucesso medido pela direção da conduta dos indivíduos. Sua virtude está na sua dimensão furtiva, ou seja, de estabelecer verossimilhança, à razão governamental do Estado de Direito. Dito de outro modo, os dispositivos assumem a posição de uma espécie de análise governamental, um discurso de verdade, dotados de efeitos tão potentes, os quais ecoam como vozes legítimas do Estado em sua função burocrática contemporânea.

Sua sofisticação está assentada na capilaridade, ou seja, na potencialidade de se enraizar em distintas esferas e níveis da vida social, atingindo desde Estados Soberanos e organizações até indivíduos. Nessa chave, concepções como desenvolvimento, pobreza, crescimento e riqueza se tornam fenômenos sociais materializáveis sob o signo da classificação e estatística. A conceituação e o conjunto de métricas e modelos que passam a construir esses fenômenos, não apenas oferecem base para descrição de novas situações socioeconômicas, mas, mais ainda, passam a produzir registros históricos legítimos e também a justificar ações e intervenções políticas (DURKHEIM, 2000; CASTEL, 1987; DESROSIÈRES; THÉVENOT, 1989).

O fato é que, independentemente do nível de complexidade e sofisticação dos processos, caminhamos para a instauração de uma “cooptação-implementação” (para usar um termo boltanskiniano) de dispositivos que não apenas reúnem um *corpus* de conhecimento, mas que estabelecem convenções cognitivas sobre como pensar e racionalizar aspectos econômico-financeiros, e, fundamentalmente também política e questões sociais – que vão desde a elaboração de projetos políticos macroeconômicos; o modo como os mercados são regulados e fiscalizados; até mesmo a gestão da economia doméstica em âmbito familiar (DAVIS; KIM, 2015). E a

eficácia dos dispositivos reside justamente em criar uma comunicação média que perpassa e atinge o imaginário de distintas unidades sociais.

## Referências

- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Resolução nº 4.553**, 2017. Disponível em: [https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/downloadNormativo.asp?arquivo=/Lists/Normativos/Attachments/50335/Res\\_4553\\_v1\\_O](https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/downloadNormativo.asp?arquivo=/Lists/Normativos/Attachments/50335/Res_4553_v1_O). Acesso em: 22 jan. 2018.
- BENJAMIN, W. Paris, capital do século XX [orig. al. 1938]. In: KOTHE, F. (org.). **Walter Benjamin**. Tradução de F. R. Kothe. São Paulo: Ática, 1985. p. 30-43.
- BICHOFFE, A. C. Mais que uma razão econômica: apontamentos sobre a constituição do mercado de títulos da dívida pública brasileira. **Revista Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 15, n. 33, p. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-984.2016v15n33p218>. Acesso em: 9 abr. 2018.
- BICHOFFE, A. C. Risco & Controle: Considerações sobre dispositivos de avaliação de risco de crédito e suas implicações na normalização de Estados Soberanos e regulação de mercados financeiros. **Tom**, n. 30, p. 69-113, jan./jun. 2017.
- BITTENCOURT, A. Arrecadação sobe, gasto também; Moody's alerta para Previdência. **Valor Investe**, [s. l.]; 2 maio 2018, 11h05min. Disponível em: <https://www.valor.com.br/valor-investe/casa-das-caldeiras/5496197/arrecadacao-sobe-gasto-tambem-moody%25E2%2580%2599s-alerta-para-previdencia>. Acesso em: 9 abr. 2018.
- BOLTANSKI, L.; CHIAPPELLO, E. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- BOLTANSKI, L.; THÉVENOT, L. **De la justification: les économies de la grandeur**. Paris: Éditions Gallimard, 1991.
- BOURDIEU, P. What does it mean to say that economics is performative?. **CSI Working Papers Series 005**, 2006. Disponível em: <https://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-00091596/document>. Acesso em: 2 mar. 2017.
- BOURDIEU, P. Elaborating the notion of performativity. **Le Libellio d'Aegis**, v. 5, n. 1, p. 18-29, 2008.
- BOURDIEU, P. **Sobre o Estado**: Cursos no Collège de France (1989-92). São Paulo: Cia das Letras, 2014.
- CALLON, M. Introduction: the embeddedness of economic markets in economics. **Sociol. Rev.**, v. 46, p. 1-57, 1998.
- CALLON, M. Elaborating the notion of performativity, **Le Libellio d'Aegis**, 5, nº 1, pp. 18-29, 2008.

CALLON, M.; MILLO, Y.; MUNIESA, F. (ed.). **Market devices**. Oxford: Blackwell, 2007.

CAMARGOS, D.; FERNANDES, A.; PRADO, M. Moody's melhora perspectiva do Brasil de negativa para estável. **Jornal Folha de São Paulo**, São Paulo, 9 abr. 2018, 17h46min. Disponível em: <https://folha.com/29xb510e>. Acesso em: 9 abr. 2018.

CASTEL, R. **A gestão dos riscos: da antipsiquiatria à pós-psicanálise**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1987.

CASTRO, J. de. Dólar ronda R\$ 3,42 e bate máxima desde 2016 com incerteza política. **Valor Econômico**, São Paulo; 4 abr. 2018, 18h06min. Disponível em: <https://www.valor.com.br/financas/5440617/dolar-ronda-r-342-e-bate-maxima-desde-2016-com-incerteza-politica>. Acesso em: 9 abr. 2018.

CHATEAURAYNAUD, F. L'épreuve du tangible. Expériences de l'enquête et surgissement de la preuve. In: KARSENTI, B.; QUÉRÉ, L. (dir.). **La croyance et l'enquête: aux sources du pragmatisme**. Paris: EHESS, 2004. p. 167-194.

CHATEAURAYNAUD, F. Trajectoires argumentatives et constellations discursives. Exploration socio-informatique des futurs du nanomonde. **Réseaux**, n. 188, p. 121-158, 2014.

CHATEAURAYNAUD F.; CHARRIAU, J.-P.; DEBAZ J. Un sociologue virtuel face aux turbulences du monde numérique. **La Lettre**, n. 71, avr. 2014. Disponível em: <http://lettre.ehess.fr/index.php?6136>. Acesso em: 9 abr. 2018.

CHATEAURAYNAUD, F. A prova do tangível. Experiências de investigação e o surgimento da prova. 2018. **Blog do Sociofilo**. Disponível em: <https://blogdosociofilo.com/2018/07/12/a-prova-do-tangivel-experiencias-de-investigacao-e-o-surgimento-da-prova-parte-1-por-francisc-chateauraynaud/>. Acesso em: 10 ago. 2018.

CLASTRES, P. **A sociedade contra o Estado** – pesquisas de antropologia política. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

CORRÊA, D. S. Do roblema do social ao social como problema: elementos para uma leitura da sociologia ragmática francesa. *Política & Trabalho*. **Revista de Ciências Sociais**, n. 40, abr., p. 35-62, 2014.

CORREA, D. S.; DIAS, R. C. A crítica e os momentos críticos: de la justification e a guinada pragmática na sociologia francesa. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, p. 67-99, abr. 2016.

DAVIS, G. F.; KIM, S. Financialization of the Economy. **Annu. Rev. Sociol.**, v. 41, p. 203-221, 2015.

DAPP-FGV. Lula continua a centralizar debate do campo da esquerda no Twitter apesar de derrotas na Justiça, aponta DAPP Report. **Diretoria de Análise de Políticas Públicas Fundação Getúlio Vargas Report**, 2018. Disponível em: <http://dapp.fgv.br/lula-mobiliza-85-debate-campo-da-esquerda-no-twitter-em-uma-semana-aponta-dapp-report/>. Acesso em: 15 mar. 2018.

DESROSIÈRES, A. Statistics and social critique. **PACO**: Partecipazione e conflitto – Special issue: Statistics and Activism, v. 7, n. 2, 2014. Disponível: <http://siba-ese.unisalento.it/index.php/paco/article/view/14157>. Acesso em: 12 jun. 2016.

DESROSIÈRES, A. **Pour une sociologie historique de la quantification**: l'argument statistique I. Paris: Presses de L'École des mines, 2008.

DESROSIÈRES, A.; THÉVENOT, L. Les catégories socio-professionnelles. *Économie rurale*, n. 194, p. 55-57, 1989.

DUMEZ, H.; JEUNEMAITRE, A. **Diriger l'économie**: l'État et les prix en France 1936-1986, Préface de J. Denizet. Paris: Editions L'Harmattan, 1989 (Logiques Économiques).

DUMEZ, H.; JEUNEMAITRE, A. Michel Callon, Michel Foucault and the “dispositive”: When economics fails to be performative: A case study. *Le Libellio d'Aegis*, v. 6, n. 4, p. 27-37, 2010.

DURKHEIM, É. **O Suicídio**: Estudo de Sociologia. Tradução de Mônica Stabel. São Paulo: Martins Fontes, 2000. (Coleção Tópicos).

FOUCAULT, M. **L'ordre du discours**. Leçon inaugurale au Collège de France prononcée le 2 décembre 1970. Paris: Éditions Gallimard, 1971.

FOUCAULT, M. **Resumos dos Cursos do Collège de France (1970-1982)**. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1997.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**. Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FOUCAULT, M. **Estratégia, poder-saber**: ditos e escritos. Vol. IV. 2. ed. Tradução de Vera Lúcia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

FOUCAULT, M. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOURCADE, M. The material and symbolic construction of the BRICs: Reflections inspired by the RIPE. *Special Issue Review of International Political Economy*, v. 20, n. 2, 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/09692290.2013.779408>. Acesso em: 8 abr. 2015.

FOURCADE, M. State Metrology: The Rating of Sovereigns and the Judgment of Nations. In: MORGAN, K.; ORLOFF, A. (ed). **The Many Hands of the State**. New York: Cambridge University Press, 2017. p.103-127.

FOURCADE, M.; HEALY, K. Classification situations: Life-chances in the neoliberal era. *Accounting, Organizations and Society*, v. 38, issue 8, 559-572, 2013.

FURTADO, C. M. O Brasil pós-“milagre”. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

GARCIA-PARPET, M-F. The Social Construction of a Perfect Market: the Strawberry Auction at Fontaines-en-Sologne. In: MACKENZIE, D.; MUNIESA, E.; SIU, L. (ed.). **Do economists make markets?** On the performativity of economics. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2007. p. 54-86.

GOUVEIA, 2016. **Controvérsias sobre a sustentabilidade do etanol Combustível no Brasil:** panorama e investigação socioinformática dos jornais online de amplo alcance. Campinas. Tese (Doutorado em Geociências). Universidade Estadual de Campinas, 2016.

GRÜN, R. Modelos de empresa, modelos de mundo: sobre algumas características culturais a nova ordem econômica e da resistência a ela. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 14, n. 41, 1999. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?scriptsci\\_arttext&pid=S01026909199000300008&lng=pt&nrm=/iso](http://www.scielo.br/scielo.php?scriptsci_arttext&pid=S01026909199000300008&lng=pt&nrm=/iso). Acesso em: 21 ago. 2006.

GRÜN, R. A evolução recente do espaço financeiro no Brasil e alguns reflexos na cena política. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, v. 47, p. 5-47, 2004a.

GRÜN, R. A sociologia das finanças e a nova geografia do poder no Brasil. **Tempo Social**, v. 16, p. 151-176, 2004b.

GRÜN, R. Decifra-me ou te devo! As finanças e a sociedade brasileira. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 381-410, out. 2007a.

GRÜN, R. Entre a plutocracia e a legitimação da dominação financeira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 22, n. 65, 2007b. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?scriptsci\\_arttext&pid=S01026909200700300008&lng=pt&nrm=/iso](http://www.scielo.br/scielo.php?scriptsci_arttext&pid=S01026909200700300008&lng=pt&nrm=/iso). Acesso em: 23 fev. 2008.

GRÜN, R. **Decifra-me ou te devo:** o Brasil e a dominação financeira. São Paulo: Alameda, 2015.

GRÜN, R. **Da pizza ao impeachment:** uma sociologia dos escândalos no Brasil contemporâneo. São Paulo: Alameda, 2018.

HACKING, I. **Rewriting the Soul: Multiple Personality and the Sciences of Memory.** Princeton: University Press, 1995.

INTERNATIONAL MONETARY FUND. The uses and abuses of sovereign credit ratings. **2010 IMF Global Financial Stability Report.** 2010. Disponível em: <https://www.imf.org/external/pubs/ft/gfstr/index.htm>.

KNORR-CETINA, K.; BRUEGGER, U. Global Microstructures: The Virtual Societies of Financial Markets. **American Journal of Sociology**, v. 107, p. 905-950, 2002. Disponível em: [prelim2009.filmbulletin.org/readings/2008PrelimNotes/text-Econ-Knorr-Cetina.pdf](http://prelim2009.filmbulletin.org/readings/2008PrelimNotes/text-Econ-Knorr-Cetina.pdf). Acesso em: 23 fev. 2008.

LABOV, W. **Padrões Sociolinguísticos.** São Paulo: Parábola, 2008.

LATOUR, B. **Science in Action How to Follow Scientists and Engineers through Society.** Harvard University Press, 1987.

LATOUR, B. **Jamais fomos modernos:** ensaios de antropologia simétrica. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

LATOUR, B. Note sur certains objets chevelus. **Nouvelle Revue d'Ethnopsychiatrie**, v. 27, p. 21-36, 1995.

LATOUR, B. **Changer de société, refaire de la sociologie**. Paris: La Découverte, 2006.

LARGHI, N.; PUPO, F.; SIMÃO, E. Moody's melhora perspectiva de rating de negativa para estável. **Valor Econômico**, São Paulo; Brasília, 4 abr. 2018, 18h19min. Disponível em: <https://www.valor.com.br/financas/5440635/moody%253Fs-melhora-perspectiva-de-rating-de-negativa-para-estavel#>. Acesso em: 9 abr. 2018.

LÉVI-STRAUSS, C. O pensamento selvagem. Campinas: Papyrus, 1989

MACKENZIE, D. Opening the black boxes of global finance, **Review of International Political Economy**, v. 12, n. 4, p. 555-576, 2005.

MACKENZIE, D. Is economics performative? Option theory and the construction of derivatives markets. **Journal of the History of Economic Thought**, v. 28, n. 1, p. 29-55, 2006.

MACKENZIE, D. **Material markets**: how economic agents are constructed. Oxford; New York: Oxford University Press, 2009.

MACKENZIE, D. The Credit Crisis as a Problem in the Sociology of Knowledge. **American Journal of Sociology**, v. 116, n. 6, p. 1778-1841, 2011.

MACKENZIE, D.; MILLO, Y. Constructing a Market, Performing Theory: The Historical Sociology of a Financial Derivatives Exchange. **American Journal of Sociology**, v. 109, n. 1, p. 107-145, 2003.

MACKENZIE, D.; MUNIESA, F.; SIU, L. (Ed.). **Do economists make markets? On the performativity of economics**. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2007.

MASON, K.; KJELLBERG, H.; HAGBERG, J. Exploring the performativity of marketing: theories, practices and devices. **Journal of Marketing Management**, v. 31, n. 1/ 2, p. 1-15, 2014.

MISKOLCI, R. Pânicos morais e controle social: reflexões sobre o casamento gay. **Cadernos pagu**, Campinas, v. 28, p. 101-128, jan./jun. 2007.

MISKOLCI, R. A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 11, n. 21, p. 150-182, jan./jun. 2009.

MOODY'S INVESTORS SERVICE. Rating Action: Moody's changes outlook on Brazil's ratings to stable from negative; Ba2 ratings affirmed. **Moody's Corporation**, 9 apr. 2018. Disponível em: [https://www.moody.com/research/Moodys-changes-outlook-on-Brazils-ratings-to-stable-from-negative--PR\\_380048](https://www.moody.com/research/Moodys-changes-outlook-on-Brazils-ratings-to-stable-from-negative--PR_380048). Acesso em: 9 abr. 2018.

ORTIZ, R. **Mundialização e Cultura**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

ORTIZ, R. **A Diversidade dos Sotaques**: o inglês e as ciências sociais. São Paulo: Brasiliense, 2008.

ORTIZ, R. **Universalismo e diversidade**: contradições da modernidade-mundo. São Paulo: Boitempo, 2015.

PIKETTY, T. **O capital no século XXI**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

- POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.
- ROMERO, C. O peso da incerteza eleitoral nos juro. **Valor Econômico**, São Paulo, 16 maio 2018, 5h. Disponível em: <https://www.valor.com.br/brasil/5527629/o-peso-da-incerteza-eleitoral-nos-juros>. Acesso em: 9 abr. 2018.
- SAHLINS, M. **Ilhas de Histórias**. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.
- SAUSSURE, F. **Curso de lingüística geral**. São Paulo: Editora Cultrix, 1969.
- SINCLAIR, T. J. **The new masters of capital: american bond rating agencies and the politics of creditworthiness**. CORNELL UNIVERSITY PRESS, 2005.
- THÉVENOT, L. L'économie du codage social. **Critiques de l'Economie Politique**, v. 23-24, p. 188-222, 1983.
- THÉVENOT, L. Rules and implements: investment in forms. **Social Science Information**, v. 23, n. 1, p. 1-45, 1984.
- THÉVENOT, L. Les investissements de forme. Les Conventions économiques. **Cahiers du Centre d'Étude de l'Emploi**, Paris, v. 29, p. 21-71, 1986.
- THÉVENOT, L. Pragmatic regimes governing the engagement with the world. *In*: SCHATZKI, T; KNORR-CETINA, K.; VON SAVIGNY, E. (ed.). **The Practice Turn in Contemporary Theory**. London: Routledge, 2001. p. 64-82.
- THÉVENOT, L. Governing Life by Standards: A View from Engagements. **Social Studies of Science**, v. 39, n. 5, p. 793-813, oct. 2009.
- VENTURINI, T. Diving in magma: How to explore controversies with actor-network theory. **Public understanding of science**, v. 19, n. 3, p. 258-273, 2010.
- VANDERBERGHE, F; VÉRAN, J.F. **Além Do Habitus**. Teoria social pós-Bourdieuiana. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2016.
- WEBER, M. **Economia e Sociedade**. Brasília: EdUnB, 1991.

Recebido: 21/04/2019  
Aceito: 26/11/2019

## Demarche of devices: notes on orders, convergences and situations in the economic-financial field

### **Abstract**

This article proposes a confrontation with the contemporary debate, in the sense that it focuses on the cultural and transnational dimensions of the devices. By mapping the main theoretical conceptions about “truth effect” and performativity, a front is introduced that seeks answers to the technological domination, or, in other words, the socio-technique of devices in modernity. The importance of the state is undeniable. By inducing markets into the use of metrics and devices, given their regulatory role, states become targets of their own devices. Finally, a brief contextual picture of the implications of devices is presented – it is nothing less than a reflection on the stratifying effects of economic classifications, on classification situations that try to retain and dominate the state acting as “multiple hands” that even shape opportunities for the future and life of people.

**Keywords:** Devices. Performativity. Sociology of finance.